

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT20.009

TRABALHO E EDUCAÇÃO: O CURRÍCULO INTEGRADO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CEARÁ

Maria Josemeire Evangelista Lima¹
João Paulo Silva do Nascimento²

O currículo, como o conhecemos hoje, é uma construção social, o qual é organizado intencionalmente, sistematizado e centrado no projeto formativo que se intenta construir. O currículo integrado amplia o conceito de currículo com a ideia de formação integral dos sujeitos.

Para darmos início a esta pesquisa, consideramos que as transformações na educação, impulsionadas pelas reformas implementadas no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, foram promovidas por organismos internacionais e locais em resposta a uma nova demanda educacional. Essa demanda visava a formar um novo perfil de trabalhador, equipado com diversas competências para atender às exigências tecnológicas do processo produtivo. O mundo do trabalho passa por uma reestruturação produtiva, caracterizada por um mercado cada vez mais competitivo e seletivo. De acordo com Gomes (2002), essa transformação gerou insegurança para os trabalhadores devido ao aumento do desemprego, consequência da transição do modelo fordista para um sistema de produção flexível. Essa reestruturação simboliza a retomada da acumu-

1 Mestra em Educação Profissional e Tecnológica do PROFEPT/IFCE, josemeire.lima@uece.br;

2 Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do PROFEPT/IFCE, jpaulo_adm@hotmail.com

lação de capital, agora em um contexto de economia globalizada e de políticas neoliberais

O Brasil, assim como o restante do mundo capitalista, buscava expandir sua economia seguindo os padrões internacionais com o advento das novas tecnologias que permeavam o mercado. Nesse contexto, surge uma educação para todos, apoiada pela tecnologia, visando a atender às novas demandas do mercado por formação de trabalhadores. As reformas educacionais implementadas no Brasil, à época, visavam à manutenção de uma sociedade progressista, por meio da exploração da força de trabalho. Essas reformas não consideraram as demandas populacionais, tampouco os princípios da Constituição recém-aprovada. Atendiam aos interesses de organizações internacionais, as quais se infiltraram no sistema educacional brasileiro, travestidas de investidoras, com o intuito de implantar modelos neoliberais de educação. “[...] nessa contramão das reformas é que o Brasil se apoiou formulando para si planos de educação transplantedos” (Guimarães, 2015, p. 103).

A partir daí, inicia-se a expansão da Educação Profissional por intermédio do programa Brasil Profissionalizado, criado para auxiliar financeiramente os estados que aderissem ao programa Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, iniciando uma parceria entre o Governo Federal e as redes estaduais de educação. Em 2007, o estado do Ceará aderiu ao programa, iniciando, no ano seguinte, com 08 Centros Educacionais para Juventude - CEJOVEM. No mesmo ano, esses centros receberam a denominação de Escolas Estaduais de Educação Profissional pela Lei Estadual n.º 14273, de 19 de dezembro de 2008, dando início a uma das maiores redes de Educação Profissional do País.

Os procedimentos metodológicos

Este trabalho adota uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa, ao analisar o currículo integrado da Educação Profissional do Ceará. Descreve, de forma crítica e interpretativa, o Curso Técnico Inte-

grado em Informática da EEEP Manuel Abdias Evangelista, com foco no currículo e na sua integração com a formação geral.

A pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa de investigação como atividade primária, propõe problematizar, questionar e articular conhecimentos prévios a novos saberes. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica se configura como uma metodologia que oferece suporte teórico a todas as abordagens investigativas, especialmente àquelas que demandam estudos exploratórios ou descritivos. Essa metodologia proporciona uma visão abrangente da problemática que orienta e sustenta a investigação, além de viabilizar a elaboração de um referencial conceitual relacionado ao objeto de estudo.

Fontes confiáveis e concretas fundamentam uma pesquisa e são características da pesquisa bibliográfica, dessa forma, utilizamos o acervo da secretaria da EEEP Manuel Abdias Evangelista e do site da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará. Acessamos o Plano de Curso do Curso Técnico em Informática e o Projeto Político Pedagógico da instituição, como fontes primárias para a análise. Esses documentos foram essenciais para entendermos a organização curricular e as diretrizes pedagógicas adotadas pela instituição. A partir dessas fontes, identificamos como a relação trabalho e educação é desenvolvida na escola para a promoção do desenvolvimento integral do estudante, partindo do pressuposto marxista de “escola única do trabalho”, que compreende três aspectos: educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica.

Os critérios que levaram à escolha do Plano de Curso e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da EEEP Manuel Abdias Evangelista como documentos principais para a análise documental basearam-se na relevância desses documentos no contexto educacional da escola e no alinhamento com os objetivos deste estudo. Ambos os documentos foram fundamentais para a compreensão da organização curricular e da estrutura pedagógica adotada pelas Escolas Profissionais do Ceará.

O Plano de Curso define os conteúdos programáticos e as diretrizes educacionais que orientam o ensino e a aprendizagem, sendo um instrumento primário que representa as intenções formativas da escola. Já o Projeto Político Pedagógico é um documento institucional que reflete a visão, missão e os valores da escola, assim como as estratégias metodológicas para o desenvolvimento dos estudantes.

Os passos seguintes seguiram os ritos da pesquisa bibliográfica, que se submetem ao rigor científico e têm como objetivo a produção de conhecimento. Sobre isso, LAKATOS, E. M., MARCONI, M (2003) citam que a pesquisa bibliográfica apresenta diferentes etapas que se complementam ao longo da pesquisa: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; redação, passos importantes na concretização da análise pretendida.

Currículo Integrado: vários caminhos

O currículo, além de ser um instrumento pedagógico, desempenha um papel central como regulador da formação humana, pois orienta o tipo de conhecimento, habilidades e valores que serão priorizados na educação. No contexto das políticas educacionais contemporâneas, a Teoria das Competências tem se utilizado do currículo como um mecanismo para reforçar sua hegemonia. Ao privilegiar o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais demandadas pelo mercado de trabalho, essa abordagem acaba promovendo uma educação voltada mais para a adequação ao sistema produtivo do que para a emancipação dos sujeitos. Assim, o currículo se torna uma ferramenta para a reprodução das relações de poder e das lógicas capitalistas, alinhando-se aos interesses do capital ao subordinar a formação humana às exigências econômicas.

O currículo pode também ser compreendido como uma construção social, capaz de refletir as lutas e aspirações coletivas de uma sociedade. Nesse sentido, ele pode ser moldado para promover uma formação integral

e crítica, que ultrapasse as demandas imediatas do mercado e contribua para o desenvolvimento pleno dos indivíduos como cidadãos conscientes, capazes de transformar a realidade social. O desafio, portanto, está em resgatar o potencial emancipatório do currículo, construindo-o de forma democrática e participativa, para que ele atue não apenas como uma ferramenta de adaptação, mas como um motor de transformação social.

O conhecimento produzido pela humanidade em suas atividades integra o conjunto de elementos que ampliam a leitura de mundo dos sujeitos, sendo eles de natureza teórica e/ou prática, organizados para gerar aprendizagem de forma que possibilite uma interpretação reflexiva da realidade, podendo, assim, se necessário, transformá-la.

Essa visão progressista traz uma concepção de currículo que integra indissociavelmente o conhecimento científico e as relações culturais e materiais do cotidiano dos educandos. Sobre isso, Goodson (1997) afirma que “o currículo é um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos” (Goodson, Ivo F (1997), p. 17). Ele não se traduz pela imparcialidade, nem tampouco pelo conhecimento explícito, pontual. Tem prioridades sociais e as conduz, não é um produto tecnicamente racional, é um instrumento repleto de intencionalidade, o qual se constrói e se reconstrói, legitimando-se em tempos, espaços e contextos sociais que revelam o projeto social em construção. Nessa perspectiva, não se tem um conceito próprio de currículo, este se diferencia, principalmente, por meio dos arranjos e padrões regionais e nacionais..

O currículo não é um instrumento neutro e desinteressado na transmissão do conhecimento social. Sobre isso, Antonio Flavio Barbosa Moreira, Tomaz Tadeu da Silva (2011) afirmam que o currículo responde a interesses pessoais e coletivos da sociedade e da educação, reproduz visões diversas, envolto em relações de poder ao longo da sua história - nas quais se encontra implicado o currículo -, divisões sociais entre classe, etnia, gênero etc.

Representar os fenômenos que constituem o todo, levando o estudante à compreensão do conjunto das relações sociais, a partir de uma

determinada seleção curricular, é um grande desafio. Assim, para Dante (2010), “o currículo integrado deve possibilitar ao estudante a compreensão do conjunto dessas inter-relações, mesmo sabendo-se que esse currículo é constituído a partir de uma determinada seleção e que, portanto, não é possível contemplar o todo” (Dante Henrique Moura (2010), p. 9)

O currículo integrado, de acordo com Jurgo Torres Santomé (1998), nos ajuda, de forma objetiva, na construção de um pensamento integrado, que se articula com a realidade. O currículo tem como principal objetivo auxiliar na construção de um pensamento integrado, abrangendo decisões, análises da realidade e múltiplas perspectivas que devem se inter-relacionar para evitar erros e injustiças decorrentes da falta de percepção das conexões entre diferentes elementos.

Com base nessa análise, podemos destacar que a natureza complexa do currículo integrado e as suas inter-relações não permitem que nenhum conhecimento seja considerado exclusivamente geral, uma vez que todos os conhecimentos estão ligados à estruturação de objetivos de produção com implicações práticas. Da mesma forma, nenhum conhecimento é exclusivamente específico, pois a compreensão produtiva requer uma base sólida em conceitos fundamentais da ciência básica. Isso ressalta a importância de uma abordagem integrada na educação, que favoreça a interdependência entre diferentes áreas de conhecimento.

As Bases Legais do Currículo Integrado no Brasil: injunções econômicas, políticas e sociais

A formação do trabalhador tem sido historicamente um campo de disputa, frequentemente influenciado pelos interesses dos detentores do capital. A discussão em torno da elaboração do currículo integrado da Educação Profissional, conforme delineado pelas principais leis que a regem, reflete as políticas educacionais em vigor. Essas leis, inseridas em contextos sociais e históricos permeados por conflitos entre a sociedade e o capital, estabeleceram os fundamentos da educação profissional,

visando a proporcionar acesso tanto à formação profissional quanto ao mercado de trabalho. No entanto, o direcionamento das políticas de formação dos trabalhadores, muitas vezes, não priorizou o desenvolvimento social, mas sim os interesses do capital, os quais exercem predominância nas políticas públicas educacionais.

A Constituição Federal, no seu artigo 1.º, IV, traz como princípio fundamental o valor social do trabalho, como norma constitucional, com o intento claro de “assegurar a todos a existência digna” e “o bem-estar e a justiça sociais” [sic], para um País que se organiza e se funda no trabalho.

Art. 1o A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [. . .] IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Brasil (1988))

Dessa maneira, a construção do Estado Democrático de Direito brasileiro expressa-se realizada sobre o trabalho, como meio de produção e como valor humano, dotado de conteúdo dignificante. Ocorre, entretanto, que o valor do trabalho, na sociedade do capital, subordina-se a elementos exteriores de cunho econômico que acabam por impedir a sua facticidade plena no contexto social. De fato, o trabalho na sociedade do capital não se consolida totalmente como fator de igualdade, justiça social e dignidade para as classes trabalhadoras. A legislação garantiu, em tese, o princípio da igualdade social, concedendo aos trabalhadores os direitos essenciais à manutenção da produção e da acumulação de riquezas, condições que privilegiavam, sobretudo, os direitos do mercado econômico, aumentando seu desenvolvimento.

O direcionamento das políticas de formação dos trabalhadores não prioriza a educação do trabalhador em favor do desenvolvimento social, privilegia os interesses do capital que prevalecem nas políticas públicas educacionais. Em 20 de dezembro 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, foi sancionada, resultado das discussões advindas da redemocratização do País. Embora com todas as discussões promovidas,

a Nova LDB preservou a dualidade estrutural contida nas leis que a antecederam, desfavorecendo a formação integral, ainda que mencionada na lei. A ausência de uma Educação Básica que garanta a formação integral gerou inúmeras discussões acerca dos princípios que norteiam a educação profissional, dando origem ao Decreto n.º 5154/2004, posteriormente incorporado a LDB pela Lei no 11.741/2008.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a intenção original, por trás do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aprovado na Comissão da Câmara e que também é buscada com o Decreto n.º 5.154/2004, é a consolidação de uma base educacional comum para o ensino médio no Brasil, capaz de abarcar a diversidade cultural e socioeconômica do País.

As diretrizes curriculares apontadas no Decreto n.º 5154/2004 reportavam-se aos PCN's para o ensino médio (Brasil, 2000), sendo fundamentadas no Decreto n.º 2008/97. Tínhamos, então, diretrizes curriculares, as quais orientavam que a educação profissional seria desenvolvida em articulação com o ensino regular, teriam organização curricular própria, desassociada do ensino médio, com possibilidades de oferta concomitante ou sequencial a este.

Em 2012, à luz do novo decreto, a Resolução n.º 2, de 30 de janeiro 2012, define as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.

VI – atendida a formação geral, incluindo a preparação básica para o trabalho, o Ensino Médio pode preparar para o exercício de profissões técnicas, por integração com a Educação Profissional e Tecnológica, observadas as Diretrizes específicas, com as cargas horárias mínimas [...] (Brasil, 2012)

No contexto da educação [. . .] “a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo” (Marise Nogueira Ramos (2008), p. 3). Há uma divisão persistente na educação entre dois grupos distintos na sociedade: aqueles que fornecem a força de trabalho e contribuem para a produção de riqueza, e aqueles que ocupam posições de liderança e influência na sociedade. Essa divisão na educação

reflete e perpetua as desigualdades sociais existentes, já que os indivíduos que recebem uma educação voltada para as ciências tendem a ocupar posições de maior prestígio e poder na sociedade, enquanto aqueles com uma educação técnica, exclusivamente, mais voltada para o mercado de trabalho, muitas vezes, enfrentam condições de trabalho menos favoráveis e oportunidades limitadas de inclusão social. Ademais, destaca a necessidade de uma educação que permita aos filhos da classe trabalhadora a apropriação dos conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo da história, o acesso à cultura e o desenvolvimento intelectual de forma ampla e abrangente. Rejeita-se a ideia de uma educação dual, voltada para habilidades práticas e técnicas, para a classe menos favorecida, enquanto outro grupo recebe uma educação mais abstrata e intelectual. Em vez disso, defende-se uma educação que seja igualmente enriquecedora e significativa para todos, independentemente de sua origem ou classe.

Uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social. Implica oferecer uma educação abrangente e inclusiva, que vá além da simples transmissão de informações e habilidades técnicas, que promova o desenvolvimento integral do sujeito. Uma educação que não se limita apenas à preparação para o mercado de trabalho, mas também desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, criativos e socialmente responsáveis.

No entanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012), trazem a perspectiva da competência. Essa compreensão, o conhecimento não é o principal objeto de estudo, tampouco é fator relevante para o desenvolvimento de competências, observa Ramos (2008).

Nessa nova configuração do currículo, que emerge com base em competências, a ciência não é mais referência na construção do currículo, pois são utilizados conteúdos exclusivamente necessários ao desenvolvimento do indivíduo, reforçando a individualização. A Pedagogia das Competências expressa uma nova demanda de mercado, em que só o conhecimento

técnico não é mais necessário, as aptidões do sujeito são requeridas nas atividades do trabalho. Essa pedagogia vem se consolidando no Brasil, por meio dos documentos norteadores da Educação Básica brasileira, sendo, portanto, validada recentemente pela Base Nacional Curricular

As Escolas Estaduais de Educação Profissional do CEARÁ (EEEP'S)

O ensino médio integrado à Educação Profissional, no contexto da formação integral e politécnica, representa um caminho educativo que transcende a mera capacitação técnica, oferecendo aos jovens uma compreensão crítica e ampliada do mundo e dos processos sociais e produtivos. Essa formação busca forjar sujeitos autônomos e participativos, capazes de dialogar com a realidade contemporânea e nela atuar de modo transformador. Fundamentada na união entre teoria e prática, essa abordagem valoriza o entrelaçamento de saberes distintos, promovendo uma formação que transita entre diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, o ensino integrado não apenas prepara o aluno para as demandas do mundo do trabalho, mas também o inspira a uma leitura profunda e humanista da sociedade, cultivando um sentido de pertencimento e responsabilidade social.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, as EEEP's, como são reconhecidas pela comunidade escolar, representam uma iniciativa significativa no contexto do ensino médio integrado à Educação Profissional no Brasil, oferecendo um modelo de ensino que visa a proporcionar ao aluno tanto a formação propedêutica quanto a preparação para o mercado de trabalho. Criadas em 2008, pelo Governo do Estado do Ceará, as EEEP's foram implantadas com o intuito de oportunizar uma formação mais ampla aos jovens cearenses, com a obrigatória articulação entre ciência, trabalho e tecnologia, em uma jornada em tempo integral. Buscam integrar o ensino médio com a educação profissional, promovendo uma formação integral que prepara os estudantes para a inserção

qualificada no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, incentiva o prosseguimento dos estudos em nível superior.

No Brasil, a educação profissional tem raízes históricas voltadas à formação de mão de obra para atender às necessidades do desenvolvimento industrial e econômico do País, especialmente a partir do século XX. Em um cenário de desigualdades educacionais e sociais, a educação profissional passou a ser vista também como uma ferramenta de inclusão e desenvolvimento social, oferecendo oportunidades para jovens que têm, muitas vezes, acesso restrito à educação de qualidade. Esse caráter inclusivo da educação profissional é reforçado pelas políticas públicas de estados como o Ceará, os quais investem em programas que garantem tanto o ensino médio regular quanto a formação técnica em tempo integral.

No Ceará, a criação das EEEP's foi impulsionada pela necessidade de melhoria nos índices educacionais e de acesso ao mercado de trabalho para os jovens cearenses. Com um currículo integrado que combina o conhecimento acadêmico com a formação técnica em diversas áreas profissionais, as EEEP's do Ceará se destacam por sua abordagem inovadora, que busca formar cidadãos críticos e preparados para atuar em múltiplas dimensões da sociedade.

Essas escolas “desenham a possibilidade de um futuro mais justo, mais equânime e com mais oportunidades para os jovens cearenses marcados pelos sinais das imensas desigualdades sociais que atravessam suas vidas” (Ceará, 2014, p. 6). Propõem uma escola que combine uma formação geral humanista com o desenvolvimento equilibrado dos conhecimentos técnicos e intelectuais, preparando os estudantes tanto para o trabalho produtivo quanto para o intelectual. A formação dos sujeitos, argumenta Ramos (2008), para a vida produtiva deve ser estruturada no conhecimento, implicando uma formação para o mercado de trabalho ou para atividades produtivas, que deve incluir uma base sólida de conhecimentos teóricos e práticos, permitindo que os sujeitos desenvolvam as habilidades necessárias para enfrentar os desafios do mundo do trabalho.

Embora haja um processo de integração muito bem-estruturado nos planos de cursos dos cursos técnicos, gradualmente, o currículo das escolas profissionais – antes baseado no fortalecimento de competências avançadas de leitura e de raciocínio lógico-matemático e na articulação do ensino Médio à Educação Profissional – passa a adotar, cada vez mais, disciplinas voltados para o desenvolvimento de competências técnicas e emocionais. Em 2013, as unidades curriculares Projeto de Vida e Temáticas Práticas e Vivências passam por mudanças, a primeira muda o foco para o “sujeito estudante” e a segunda muda a nomenclatura para Empreendedorismo (que passou a ter a parceria do SEBRAE). Ainda em 2013, outra unidade curricular é reestruturada, a PPE – Preparação para o Estágio, na parte diversificada, que passa a denominar-se “Mundo do Trabalho” – que, em parceria com o Instituto Aliança de São Paulo, busca orientar o estudante, quanto às demandas contemporâneas do mundo do trabalho, mediante práticas e simulações.

Abrimos, aqui, um parêntese, com o intuito de explicarmos alguns termos que possam parecer estranhos àqueles que não conhecem a estrutura curricular das escolas profissionais do Ceará, como competências, unidade curricular, entre outros.

Competência, em termos educacionais, pode ser definida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para resolver problemas e atuar de forma eficaz em diferentes contextos. Já uma unidade curricular é um componente do currículo que organiza os conteúdos e atividades em torno de objetivos específicos, promovendo o desenvolvimento de competências relacionadas a determinado tema ou área do conhecimento.

A organização curricular refere-se à estruturação dos componentes educacionais de um curso ou programa de ensino, distribuindo conteúdos, metodologias e atividades de maneira a atender aos objetivos educacionais propostos. A base comum compreende os conhecimentos gerais e essenciais, como as disciplinas de formação básica, voltadas para o desenvolvimento integral do estudante. A base técnica, no que lhe concerne, é

composta por conteúdos específicos relacionados à formação profissional, visando à aquisição de competências técnicas e práticas requeridas pelo mercado de trabalho. Já a parte diversificada do currículo integra componentes adaptados às demandas locais ou regionais, ampliando a formação do estudante com temas que promovam interdisciplinaridade, flexibilidade e contextualização.

O conceito de competência está relacionado à capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para lidar com situações e desafios do cotidiano, de forma eficiente e contextualizada. Envolve dimensões cognitivas, técnicas, relacionais e emocionais, cada uma desempenhando papel essencial na construção do aprendizado e no desenvolvimento pessoal e profissional. A verdadeira competência se manifesta quando o indivíduo consegue aplicar o que aprendeu em contextos reais, enfrentando problemas, superando dificuldades e promovendo transformações em sua vida e na sociedade.

O currículo das escolas profissionais do Ceará, no decorrer da última década, vem se modificando, tanto na parte diversificada, quanto na área profissional. Já a base comum só passou por significativas mudanças a partir do Novo Ensino Médio, nesse intervalo, é possível observar, por infelicitância, que as alterações nos planos de cursos e nas matrizes curriculares vem fragilizando o projeto de escola integral das escolas profissionais do Ceará.

A organização curricular das escolas profissionais do Ceará está estruturada em um modelo único para toda a rede, ressalvada a organização curricular da base técnica, que se integra à base comum e à parte diversificada do Currículo. Ela está fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, nos Decretos n.º 5.154/2004 e n.º 5.840/2006, nas Resoluções CNE/CEB n.º 01/2000, n.º 01/2004 e n.º 01/2005 e em seus projetos pedagógicos.

No Brasil, a promulgação do Decreto n.º 5.154 (BRASIL, 2004), que substituiu o Decreto n.º 2.208 (BRASIL, 1997), representou uma reconfiguração significativa na relação entre ensino médio e ensino técnico, abandonando a separação rígida anteriormente imposta. Agora, a educação técnica pode ser oferecida de forma concomitante ou subsequente ao ensino médio, o que, em tese, amplia as possibilidades formativas dos estudantes. No entanto, essas mudanças legislativas, embora apresentadas como avanços, também revelam um movimento de adequação às exigências do mercado de trabalho, que busca flexibilidade e agilidade na formação de mão de obra.

Enquanto as discussões sobre a integração curricular se intensificam, é importante reconhecer que essa política curricular, longe de ser neutra, carrega implicações profundas no discurso sobre o currículo no ensino médio integrado. Ao promover uma maior integração entre o ensino médio e o técnico, há o risco de reforçar uma visão instrumental da educação, em que o currículo é moldado principalmente para atender às demandas imediatas do setor produtivo, em detrimento de uma formação mais ampla e crítica. Assim, essas mudanças, ao invés de simplesmente expandirem as oportunidades educativas, podem, na prática, estreitar o horizonte formativo dos estudantes, alinhando-se a uma lógica que privilegia a preparação para o mercado de trabalho em vez de promover o desenvolvimento integral do cidadão.

“Em termos gerais, poderíamos dizer que a política curricular é toda aquela decisão ou condicionamento dos conteúdos e da prática do desenvolvimento do currículo a partir das instâncias de decisão política e administrativa, estabelecendo as regras do jogo do sistema escolar. Planeja um campo de atuação com um grau de flexibilidade para os diferentes agentes moldadores do currículo. A política é um primeiro condicionamento direto do currículo. Enquanto o regula, e indiretamente através de sua ação em outros agentes moldadores.” (J. Gimeno Sacristán (2000), p. 109),

A partir das instâncias de decisão política e administrativa, são estabelecidas as regras que orientam o sistema escolar, definindo o campo

de atuação com um certo grau de flexibilidade para os diferentes agentes envolvidos na formação do currículo. A política, nesse contexto, atua como o principal condicionador direto do currículo, regulando-o de forma direta e, indiretamente, influenciando outros agentes que moldam o processo curricular.

O currículo integrado do ensino médio propõe uma política curricular que busca unir a formação geral e a formação técnica, fundamentada na perspectiva do trabalho como princípio educativo, tanto em seu sentido ontológico quanto histórico.

O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia o seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de linguagens e normas técnicas, e, de outro, a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho tornaria anêmico, perderia sua base ideológica. (PISTRAK, 2011, p.30)

O trabalho na escola deve estar ligado ao trabalho social e à produção real, pois, sem essa conexão, perde seu valor essencial, reduzindo-se a normas técnicas e metodológicas que esvaziam seu significado ideológico. A partir dessa perspectiva, que entende o currículo como uma decisão política e o trabalho como princípio pedagógico, analisamos a concepção de currículo integrado nas escolas profissionais do Ceará, focado em como essa concepção se alinha ao conceito de formação integral e politécnica, em seus documentos curriculares.

Para tanto, consideramos algumas referências discursivas importantes: a formação integral; a relação entre trabalho e educação como um princípio educativo central; e as teorias de formação para o trabalho que subjazem a concepção de currículo, para além de preparar para o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentadas são parte de uma análise das relações históricas entre trabalho, educação e formação humana no contexto das políticas educacionais de Educação Profissional implementadas no estado do Ceará nas últimas duas décadas. Embora essas políticas proponham uma formação integral, são profundamente influenciadas pela concepção burguesa de formação humana, a qual entende o indivíduo como um ser desprovido de história, orientado ao individualismo e à competição. Esse modelo encontrou terreno fértil no final dos anos 2000, impulsionado por reformas educacionais que reestruturaram o ensino médio após a redemocratização do País. Como consequência, a educação, em vez de ser um direito emancipatório, passa a ser um mecanismo de adaptação do trabalhador às exigências do mercado, restringindo o potencial crítico e transformador da formação educacional.

Com o avanço da rede de escolas de ensino médio integrado à Educação Profissional no Ceará, emerge uma resposta clara às demandas de um mercado globalizado que valoriza a flexibilidade e adaptabilidade dos trabalhadores. Contudo, persiste a necessidade de investigar se esse modelo educacional, na prática, contribui para a formação plena da classe trabalhadora ou se apenas reforça uma lógica produtivista que, historicamente, relega o desenvolvimento humano integral a um segundo plano. Ao questionar o projeto de sociedade em construção, a pesquisa aponta para uma tensão latente entre a promessa de educação integral e a funcionalidade da formação para atender aos interesses econômicos dominantes, os quais, frequentemente, priorizam o desenvolvimento de habilidades ajustadas às exigências do mercado.

Os documentos analisados (PPP e Plano de Curso) revelam uma abordagem que procura integrar a formação integral e a politécnica, mas também evidenciam nuances que refletem conflitos entre essas concepções educativas e as exigências práticas impostas pelo mercado de trabalho. O PPP está fundamentado em princípios, como a interdiscipli-

naridade, a contextualização e os pilares da educação para o século XXI, o que revela uma tentativa de alinhar o currículo à formação humana ampla e emancipatória. Contudo, o enfoque em competências e habilidades alinhadas às demandas do mercado produtivo também evidencia uma perspectiva tecnicista e utilitarista, a qual pode limitar a formação crítica e autônoma dos estudantes.

No contexto do ensino médio integrado à Educação Profissional, observa-se que o currículo da rede de escolas profissionais do Ceará apresenta um modelo que busca articular o desenvolvimento de competências técnicas com valores sociais e culturais, promovendo a cidadania e a autonomia. No entanto, os fundamentos do currículo integrado ainda dialogam com a lógica do “aprender a aprender” e da pedagogia das competências, o que pode refletir uma influência de políticas neoliberais no campo educacional. Essa dualidade aponta para a necessidade de avanços no fortalecimento de uma concepção de formação integral verdadeiramente emancipatória, que equilibre a preparação para o mercado com a formação humana, crítica e socialmente engajada.

O desafio central, portanto, reside em superar as tensões entre a formação integral e as demandas tecnicistas presentes nos documentos analisados. Embora o currículo integrado da rede de Escolas Profissionais do Ceará apresente avanços ao propor uma educação que considera múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, ainda enfrenta limitações ao reproduzir elementos de uma lógica utilitarista voltada ao mercado. Assim, é imprescindível que o Projeto Político Pedagógico avance na construção de uma proposta educativa, a qual fortaleça o protagonismo dos estudantes, fomente a reflexão crítica e contribua para a formação de sujeitos autônomos e transformadores, capazes de atuar tanto no mundo do trabalho quanto na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Além disso, os resultados desta investigação poderão subsidiar futuras pesquisas e políticas educacionais voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica, ampliando o debate sobre o papel da escola na promoção

de equidade e desenvolvimento social. Ao analisar o currículo prescrito, este estudo também contribui para a construção de novos referenciais teóricos que dialogam com o currículo real e realizado no contexto da Educação Profissional.

Palavras-chave: : Currículo Integrado; Ensino Médio Integrado; Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição Federal, Brasília, 1988. BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional., 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208. Acesso em: 08/08/2023.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências., 2004.

BRASIL. Educação: um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, Brasília, junho 2010.

BRASIL. Lei no 11.741/2008, LEI NLei nº 11.741 de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. julho 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: Acessado em 02 de jul de 2024.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº: 11/2012, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012. CEARÁ. Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará. Diário Oficial do Estado do Ceará:, Março 2008.

CEARÁ, SEDUC. O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará 2008 - 2014. Relatório de Gestão, Fortaleza, p. 01 - 198, 2014.

CEARÁ, SEDUC. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Profissional Manuel Abdias Evangelista. Nova Russas, 2018. CELLAR, A. Análise Documental. In: MASER, F. A. (ed.). A pesquisa qualitativa Enfoques episte-

moláç:os e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. cap. III, p. 295 – 316. ISBN978-85-326-3681-2. COAN, M. Formação Profisional e Politécnica. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC., 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/204364/2/Esp%20Proeja%20-%20Poli-tecnicia%20-%20MIOLO.pdf>. Acesso em: Acessado em 02 de jul de 2024.

FRIGOTTO, G. Fundamentos Científicos e Técnicos de Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, J.; NEVES, L. (org.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006a. cap. cap. 7, p. 241 -ISBN ISBN 978-85-5569-080-8. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-10.pdf>. Acesso em: 10 de Out. 2023.

FRIGOTTO, M. C. F. G. (org.). A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: nstituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006b. 372 p. ISBN 85-86260-09-6.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed.. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. T. S. As mudanças no mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Prudente/SP - Brasil. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, V. VI, n. 119 (32), agosto 2002. ISSN ISSN:1138-9788. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-32.htm>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GOODSON, IVO F. A Construção Social do Currículo. Lisboa: Educa, 1997.

GUIMARÃES, C. S. A educação no brasil após a redemocratização (1985-2002). Revista Fundamentos, Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí., Piaui, V. 2, n. n. 1, p. 98 – 117, 2015.

MARCONI, M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, A. C. Políticas de Integração Curricular. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. 184 p.p. ISBN 978-85-7511-128-4.

MARX, K. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório As Diferentes Questões. Obras Escolhidas em três tomos,, Avante, Lisboa, Agosto 2009.

Disponível em: <https://lisboa.pcp.pt/?s=instru%C3%A7%C3%B5es+ao+delegado>.
Acesso em: 02 de jul de 2024.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (org.). Currículo, cultura e sociedade. 12^a. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN 9788524918445.

MOURA, D. H. ALGUMAS POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DE UMA BASE UNITÁRIA: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA. In: I SEMINÁRIO NACIONAL: Currículo em movimento. Belo Horizonte: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7177-4-2-algumaspossibilidades-organizacao-ensinome-dio-dante-henrique/file>. Acesso em: 10 de Out. 2023.

RAMOS, M. N. A política de educação profissional no Brasil contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa. In: MANZANO, M. (org.). Mapa da Educação Profissional e Tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. cap. 4, p. 97 – 117. ISBN 978-85-5569-080-8. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009696/CGEE_Mapas_Web_12022016_10255.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

RAMOS, M. N. Concepção do Ensino Médio Integrado. 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 15 de dez. 2023. RAMOS, M. N. O Currículo para o Ensino Médio em suas Diferentes Modalidades: concepções, propostas e problemáticas. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771 – 778, jul. set. 2011. Disponível em: . Acesso em: 20 de jul. de 2023. RAMOS, M. N. Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G.; CAIVATTA, M. A Gênese do Decreto n. 5154 /2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. Revista Trabalho Necessário, v. 3, n. 3, jun. 2005/12. ISSN 1808-799X.

SACRISTÁN, J. G. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3^a ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. SACRISTÁN, J. G.;

SILVA, M. M. da; OLIVEIRA, G. S. de; SILVA, G. O. da. A Pesquisa Bibliográfica nos Estudos Científicos de Natureza Qualitativos. Revista Prisma, Rio de Janeiro, v.2,

n. n. 1, p. 91 – 109, 12 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/josem/Downloads/45-Texto%20do%20artigo-135-1-10-20211225.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.